

Estudo inclui controle de preços na lei

Mecanismos para acompanhamento dos aumentos de preços constarão do texto da nova lei da livre concorrência, para eliminar abusos

CARMEN KOZAK
& SALETE SILVA

Fábio Salles/AE

EFEITO ITAMAR

Será incluído no projeto da nova lei da livre concorrência um mecanismo para assegurar o controle dos preços. Por determinação do presidente Itamar Franco, assessores jurídicos e econômicos estão dando forma à proposta, que permitirá ao governo anular reajustes considerados abusivos. Pretende-se exigir a comunicação antecipada, por todos os setores produtivos, dos aumentos estabelecidos e da planilha de evolução de custos. O governo não pretende permitir nenhum aumento acima da variação de custos, informou-se em Brasília.

Ontem em São Paulo, o movimento nas lojas foi considerado normal, depois da troca do ministro da Fazenda e da divulgação de informações sobre eventual mudança no controle de preços. "Compras, mesmo, já não fazemos há tempo", disse a professora Renata Dellape, acrescentando não acreditar em novo congelamento por não ter o presidente Itamar apoio da sociedade. Para o administrador de empresas, Fábio Boristen, porém, a saída do ministro Paulo Haddad pode retardar o processo de recuperação da economia. "Ainda não sabemos o que pensa o novo ministro e pode haver um novo controle de preços, mas é a falta de dinheiro, e não o controle de preços, que faz o consumidor diminuir suas compras", afirma. "O povo não acredita em nada e não tem



A vida continua

Movimento no comércio foi normal; compradores não temem congelamento ou controle de preço

mais medo de congelamento", acrescentou a estudante de Direito, Viviane Mello.

Em estudo — O estudo sobre o controle dos preços foi confirmado ao Estado por autoridades do governo que participaram de reuniões no Palácio do Planalto e Ministério da Justiça sobre o assunto. Segundo as fontes, a principal queixa do presidente Itamar Franco em relação à atual legislação é a falta de mecanismos que permitam ao governo "agir com rigor" contra o reajuste arbitrário de preços. O estudo é feito pelo consultor-jurídico Alexandre Martins e pelo ministro da Justiça Mauricio Corrêa.

Com informações antecipadas sobre aumentos, o Depar-

tamento de Abastecimento e Preços (DAP) e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) farão cruzamento de dados para verificar se há ou não abuso. Reajustes abusivos poderão ser anulados ou até mesmo impedidos por liminares do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Mesmo com as alterações na lei, as fontes dizem que não será adotado qualquer instrumento contra o livre mercado, que continuará definindo seus preços, sem precisar de autorização do governo.

Itamar Franco quer que o Cade seja fortalecido, podendo conceder medidas liminares para eliminar atos lesivos à livre concorrência e anular reajustes considerados arbitrários.